

**Na Contramão da História:
Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha
(Manaus, 1920-1945)**

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro - UFAM

Idealizada como natureza, espaço desumanizado e vazio de cultura, a Amazônia entra no discurso moderno pela mão de um punhado de naturalistas estrangeiros, homens de ciências e letras que o Iluminismo forjou. Essa lenta construção discursiva incorporou também expressões destacadas da intelectualidade brasileira, como Alberto Rangel, Araújo Lima e Euclides da Cunha, para quem, nessa “última página do Gênesis”, o homem amazônico se vê sufocado pela latente preponderância de um elemento natural que o transcende e amesquinha. Do eldorado dos conquistadores ao paraíso dos naturalistas, a Amazônia forneceu um sem número de imagens em que a natureza suplanta a cultura: celeiro do mundo, pulmão do planeta, inferno verde...

Guardamos ainda hoje a marca perversa desse ideário, com a sistemática adoção de políticas públicas e projetos desenvolvimentistas que idealizado e discutido alhures chegam à Amazônia – esse suposto “vazio demográfico” – para serem implementados, em geral, de forma arrogante e autoritária. Tais características partem exatamente das visões estereotipadas pelas quais a Amazônia vem sendo historicamente apresentada ao mundo. No extremo, subsiste o pressuposto da incapacidade do homem amazônico discutir e propor alternativas ao seu processo de desenvolvimento.

A própria imagem do “homem amazônico” tendeu sempre à generalidade, homogeneização e fluidez. Ribeirinho, caboclo, seringueiro, índio, são termos que com grande frequência traduzem o homem amazônico ao mundo que lhe é exterior, mas são também simplificações grosseiras. Por tais imagens, opera-se o danoso desaparecimento de uma infinidade de processos e de sujeitos históricos que não tiveram suas trajetórias associadas aos arquétipos de uma Amazônia como natureza desumanizada.

O pensamento social sobre a Amazônia – produzido dentro e fora do espaço regional – e o discurso historiográfico que ele encerra e articula, não ficaram imunes a essa tradição de pensamento e, num certo sentido é possível ver as marcas de uma escrita da historiografia regional colonizada, que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais.

A investigação que estamos desenvolvendo tematiza o universo operário em Manaus nos anos da mais notória crise econômica pela qual passou a região e cujas implicações sociais, não se pode duvidar. É uma tentativa de contribuição à História Social da Amazônia e busca caminhar em espaços ainda pouco freqüentados da produção acadêmica e inteiramente alheios à cultura historiográfica dominante na região desde o século XIX.

Ele se nutre fortemente do trabalho que estamos desenvolvendo já há alguns anos, num processo de construção coletiva que vem envolvendo alunos e professores articulados em dois grupos de pesquisa no interior do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Nos últimos cinco anos essa experiência de trabalho coletivo resultou na produção de seis projetos de Iniciação Científica no interior do programa PIBIC, e de uma dezena de monografias de final de curso de Graduação e no Curso de Especialização em “História e Historiografia da Amazônia” e no Programa de Mestrado “Sociedade e Cultura na Amazônia”, todos articulados com a temática da vivência popular e operária na Manaus da chamada época da borracha.

Intitulei o texto de “na contramão da história”, menos por encerrar o desejo de exploração de temática ainda pouco trabalhada no contexto regional, ou de buscar uma interpretação analítica por longe dos tradicionais aportes do positivismo histórico, ainda vigente e forte na escrita da história no Norte do país, mas porque ele sinaliza diretamente para vivências e experiências sociais que partiam de um universo social segmentado e conflituoso e em que as distâncias sociais e culturais engendraram caminhos não apenas diferenciados, mas antagônicos.

Longe dos benefícios da acumulação que a economia de exportação da borracha engendrou no espaço regional amazônico, os trabalhadores urbanos não partilharam da ode ao progresso e à modernidade que nossa historiografia registrou e consagrou. Como deserdados do látex, por vezes sentiram o progresso e a modernização como perda e, dessa forma, suas aspirações e demandas os impeliram a construção de instrumentos de organização, mobilização e luta que contraditavam o dos segmentos patronais e dos grupos dominantes locais.

Optar por caminhar na contramão é sempre uma opção difícil. É trilhar uma via inexplorada, sem saber, a partida, onde ela pode levar. É ter certeza de que obstáculos lá estarão para forçar uma direção de rumo e seguir o fluxo caudaloso do conformismo e da resignação.

Tenho ciência que inúmeros trabalhadores de Manaus, mesmo vivendo no limiar da miséria (ou talvez por isso) tomaram um dia essa decisão, sem se recusar à ingressar numa luta desigual. Por respeito e simpatia, sinto como um dever, de cidadão e profissional da História, restituir à sociedade que esqueceu esses anônimos protagonistas das lutas pela cidadania e justiça social no nosso passado, a narrativa e a compreensão daquelas trajetórias, vozes e desejos.

Embora os estudos de cunho historiográficos relativos à Amazônia sejam poucos e recentes, não há como (nem é nossa intenção) aprofundá-lo nos limites deste trabalho. De maneira muito mais modesta, gostaria apenas de sublinhar, forma ligeira e incompleta,

linhas de força, na medida em que elas possam permitir a compreensão de certas opções temáticas e veios interpretativos.

Uma primeira observação reside na permanência entre nós de uma “cultura historiográfica” caudatária da escola histórica positivista e que teve como expoentes verdadeiros talentos da intelectualidade local e nacional, desde meados do século XIX. Dessa estirpe, destacam-se nomes como os de Domingos Antonio Raiol, Palma Muniz, Jorge Hurley, Bertino de Miranda, Ernesto Cruz, Mário Ypiranga Monteiro e Arthur Cezar Ferreira Reis. A eles está intimamente associada a História da Amazônia, tal a dinâmica e a qualidade dos estudos que empreenderam acerca do passado regional.

Historiadores de seu tempo, partilhavam, contudo, de fortes doses de um oficialismo que projeta e reforça a imagem do grande homem intervindo na cena histórica a seu bel prazer, no mesmo instante em que tendem a desconsiderar as contradições sociais que escapam à órbita da política palaciana. Articulados ao projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de suas agremiações afiliadas no Norte do país, assumiram a tarefa da construção da história regional, destacando nela a coragem, o heroísmo e a abnegação dos brasileiros do Pará, seja na luta pela emancipação política, seja pela abolição do escravismo ou pela implantação da República.

Chega a ser curioso perceber como esses discursos adaptou-se com facilidade ao clamor dos tempos e, assim, passou da exaltação da trajetória do colonialismo luso no Brasil à defesa do emancipacionismo; da apologia do monarca e de seu regime, a um ardor quase revolucionário de apoio à República.

Há fortes referências também, principalmente entre os historiadores das décadas de 1940 e 1950 (Arthur Reis, Ernesto Cruz), à modernização e progresso urbano, numa tendência fortemente “Lemista” no Pará e “Eduardiana” no Amazonas, já que exaltava os feitos de Antonio Lemos e Eduardo Ribeiro, espécies de Pereira Passos do contexto regional.

Mencionei acima o termo “cultura historiográfica” por ver que tais postulados, saindo da órbita dos historiadores, agregou-se à memória histórica regional de forma tão efetiva que conseguiu manter-se viva na mídia, nas escolas e no imaginário popular, mesmo sem o aval das novas interpretações “acadêmicas” da História. Assim, no Norte do país, a história tradicional, trilhando circuitos de difusão em que ela reina quase sem contestação, povoa as toadas de boi, os enredos de carnaval, a música e o teatro regional.

Em todo caso, ela resulta sempre como um discurso da ordem, conservador e elitista, que ignora, sempre que possível, as demandas e vivências populares, quando não a despreza e rejeita como irascível, impertinente e equivocada.

Contudo, a historiografia da Amazônia tem se dinamizado significativamente nas últimas décadas pelos esforço coletivo de pesquisadores e professores, na maioria jovens e

de formação acadêmica recente, que animam o ensino universitário, notadamente o que se desenrola nas dependências das Universidades Federais, onde o estímulo à titulação foi maior e contínuo desde a década de 1980.

Assim, há um esforço coletivo no sentido de contrapor à escrita tradicional da História, interpretações que partem de referências historiográficas mais recentes e inovadoras. O desejo de revisitação/renovação da historiografia regional é significativo, embora ainda esbarre, de um lado, no gargalo do contingenciamento de recursos e da inexistência e/ou ineficiências das fundações de apoio à pesquisa estaduais e, de outro lado, na precariedade dos circuitos de intercâmbio acadêmico-científicos na esfera regional.

De qualquer forma, a História Social na Amazônia tem avançado, iluminando temas e questões, onde o universo do trabalho e do trabalhador é mais atentamente discutido e analisado. A crítica à modernização urbana da virada do século XIX para o XX e, em especial, aos processos de segregação e exclusão que vinham embutidos nos discursos de embelezamento, higienização, progresso e moralização, ganhou corpo desde a década de 1980 e abriu espaço para que se pudesse visualizar a pobreza urbana e os segmentos sociais a ela mais diretamente associados.

A pesquisa sobre o tema do trabalho avançou sensivelmente, em especial no Pará, com a proliferação de grupos de pesquisa e projetos que iam das populações camponesas, ao estudo da escravidão negra, dos quilombos e de seus remanescentes.¹ No Acre, a tendência a articular trabalho e movimentos sociais tem sido igualmente forte, produzindo estudos acerca das experiências das comunidades de seringueiros, em diversos momentos ao longo do século XX.²

Na esfera do trabalho urbano e, em especial na atenção à composição, estrutura e dinâmica do movimento operário, o grande destaque tem sido as pesquisas encaminhadas por Vicente Sales, com atenção especial a trajetória dos partidos e movimento operários, ligados a tradição do anarquismo e do socialismo.³

No Amazonas, os estudos acerca do trabalho e do trabalhador urbano também deram frutos em teses e dissertações recentes e hoje animam alguns dos grupos de pesquisa ali existentes.⁴

Assim, menos que um vazio de estudos, o que temos é uma forte defasagem nos estudos de História Operária, que no Norte ainda buscam uma formulação inicial das interpretações historiográficas acerca do tema do trabalho e do trabalhador urbano, enquanto a mesma temática havia sido uma das mais caras à historiografia brasileira de vinte anos atrás.

Assim, enquanto os estudos de História Operária acham-se consolidados e articulam grupos de pesquisa nos principais centros de pesquisa e universidades do país, na Amazônia são ainda um projeto a desenvolver, um caminho apenas iniciado.

A História de Manaus durante o ciclo da borracha tem sido contada de diversas formas, mas em todas elas paira um desconcertante silêncio sobre a classe trabalhadora e sobre o seu papel na construção da dinâmica social da cidade. Anônimos, os trabalhadores vagavam por uma cidade que, desejando mostrar-se opulenta e moderna, não os ouvia, nem os queria ver na cena pública, além de não lhes assegurar quaisquer direitos.

A legislação época, inclusive os famosos “códigos de postura”, impunham-lhes, invariavelmente, regras e obrigações, limitando suas ações na cidade. Por vezes impondo-lhes normas que não podiam cumprir, segregava-os para espaços cada vez mais periféricos e precários.⁵

Por tudo isso, os trabalhadores urbanos de Manaus expressaram uma vivência própria, que diferia das imagens de opulência e harmonia social consagradas pela historiografia amazonense. Pouco registradas, suas falas contradizem a história oficial e mostram um ambiente urbano eivado de contradições, disputas, descasos e mazelas. Precária, a vida operária sofria com a falta de moradias e com o alto preço dos aluguéis, inclusive os de “pensões de 3ª. classe” e cortiços.

A fome, que os espreitava dia e noite, tornava-os vítimas prediletas das corriqueiras epidemias e, dessa forma, a mortandade era maior entre eles que em qualquer outro segmento social. Nenhuma família operária chega completa ao fim de uma década. As longas jornadas, agravadas pelos baixos salários, conflitam com uma carestia elevada, tida como a maior em todo o país. Diante desse quadro, uma das respostas da classe trabalhadora foi a organização e a luta política.

Como é sabido, entre os anos de 1880 e 1920 a região Amazônica vivenciou um período de expansão econômica, alavancada pela produção extrativa da borracha. Para ela afluíram levas incontáveis de sertanejos empobrecidos, atraídos pelo propagandismo que falava de uma terra promissora, farta e opulenta. Fruto da impiedosa exploração dos trabalhadores, a acumulação gerada pela borracha transformou Manaus numa cidade dinâmica e eminentemente comercial, atraindo e concentrando grande número de migrantes nacionais e estrangeiros e criando fortes matizes e contrastes sociais.

Assim, ao lado de ingleses e norte-americanos endinheirados, crescia de forma alarmante a população pobre que se espalhava pelos subúrbios e arrabaldes. Dentre os trabalhadores urbanos, as categorias ligadas ao comércio e às atividades portuárias (estivadores, carroceiros, catraieiros, marítimos, etc.) foram as mais numerosas, embora quase nunca bem remuneradas.⁶ Foram elas também as que com mais frequência apareceram na cena política, denunciando a opressão e reivindicando direitos.

Na Manaus da borracha, a vida operária singrou caminhos bastante diferenciados das apregoadas imagens de opulência e riqueza que falavam de barões da borracha acendendo charutos com notas de mil-réis. Não há estatísticas seguras sobre o valor dos salários, mas

a crônica jornalística deixou inúmeros registros de que os vencimentos pagos aos trabalhadores urbanos sequer davam para cobrir os gastos básicos com alimentação, moradia, vestuário e transporte. Perplexa com a situação, a imprensa alternativa indagava “*como é que se pode viver com tanta carestia de gêneros, os mais necessários à vida*”. Os próprios operários externaram essa insatisfação:

*Não há gênero algum, mesmo os que são produção do país, que não tenha triplicado de valor: a carne, o peixe, a farinha, o arroz, o açúcar, o café, tudo enfim, é vendido por um preço tal que em breve será impossível à população menos abastada suprir-se dos alimentos indispensáveis à vida.*⁷

Outro agravante para os trabalhadores de Manaus era o exorbitante preço das moradias. Cômodos simples, sem janelas e iluminação, mesmo em hospedarias e pensões baratas, podiam levar metade dos ganhos de um trabalhador pobre. Sem alternativa, a família operária via-se, por vezes, impelida para os casebres dos subúrbios e arrabaldes, para as pensões pardieiros e para os cortiços fétidos e insalubres, quando não relegada, em completo abandono, ao abrigo de marquises, pontes e porões de terra batida.

Em 1922, um proeminente médico-sanitarista assim registrou o drama da falta de moradia para os sertanejos que chegavam à Manaus:

*Chegam na estação invernosa, dezenas de doentes desprotegidos, sem um cetil para as primeiras despesas, para o desembarque da bagagem. Casa não procuram: aboletam-se em baiucas abandonadas nos arrabaldes, nos baixos da Serraria Sá, nos patamares dos armazéns, nos alicerces dos edifícios em construção, e, nessas alfurjas de miséria, curtem dias sombrios de fome e doenças.*⁸

Mal alimentados, os trabalhadores urbanos estavam invariavelmente submetidos a jornadas de trabalho estafantes, que variavam, em média, de dez a quatorze horas. O trabalho não era regulamentado, o que significava dizer que ao trabalhador não era dada nenhuma garantia, nem assegurado qualquer direito ou proteção contra a exploração patronal.

Para diversas categorias, o trabalho tornava-se ainda mais extenuante por ocorrer em ambientes claustrofóbicos e insalubres. Galpões, armazéns e fábricas padeciam de falta de iluminação adequada e de aberturas que facilitassem a ventilação. Nestas condições, acidentes de trabalho eram freqüentes, inclusive os fatais. Outra característica era a vigilância severa, herdada da tradição escravocrata, que chegava, inclusive, a aplicar penalidades físicas, além das corriqueiras multas, que reduziam os vencimentos minguados.

Por tudo isso, as imagens dos trabalhadores de Manaus muitas vezes confundiam-se com a de esfarrapados a mendigar pelas ruas da cidade. Essas imagens chegaram também à família operária, onde as mulheres e mesmo as crianças tinham que se sujeitar a empregos e ocupações informais, em busca de trocados que ampliassem o orçamento

familiar. Deserdados da riqueza produzida pela borracha, a iconografia flagrou os populares e os trabalhadores pobres amontoados nas esquinas, a espera de uma oportunidade de ganho.⁹

Vítimas de um sistema produtivo opressor e concentrador de riquezas tornaram-se alvos fáceis para as doenças e epidemias, por vezes, devastadoras. No dizer de um jornal da Imprensa Alternativa: *“O resultado de tudo isso, faz com que muitas pessoas, a maioria da população, pobres e que não tenham dinheiro suficiente para fazerem as suas despesas, passem mal, miséria mesmo, e, dessa miséria, adoeçam fatalmente”*.¹⁰

Diante desse drama social, os trabalhadores esboçaram forte resistência. Um dos fatores que historicamente favoreceram a classe operária na denúncia da precariedade de sua condição de vida e trabalho foi o lento processo de alto-identificação como classe diferenciada frente ao patronato e aos grupos dominantes. Embora inconclusa, a conscientização operária avançou em Manaus durante todo o período da borracha e produziu uma fala operária que, no exato momento em que valorizava o trabalhador e projetava nele expectativas de mudança social, identificava os segmentos patronais como ociosos e perdulários, além, obviamente, de seus principais algozes.

Foi principalmente pelas páginas da Imprensa Operária e mesmo na Imprensa diária que tais idéias ganharam projeção entre os trabalhadores e animaram o processo organizativo e a luta política. Não raro, as páginas dos jornais sugeriam uma atitude não conformista e de confronto com o patronato.

*Os burgueses pançudos e encharcados de dinheiro querem nos matar de fome! Com o fechamento brusco do comércio, reclamam que eles não tem direito, nem merecem ter. O zé povinho é que paga o pato, pois os malditos cutrucos além de explorarem escandalosamente, ainda acham pouco e agora inventam que a crise os arruinam e, bumba, fecham as portas de seus estabelecimentos, pouco se importando que os pobres morram à mingua, porque eles são ricos e nada lhes falta... Em vez do dinheiro que eles querem, devemos dar-lhes pau, pau e muito pau, para ver se assim eles ficam mais humanitários e menos exploradores; e depois de uma boa sova, mandarmos eles plantar batatas lá em Portugal.*¹¹

Os patrões tenderam a ser qualificados de burgueses ociosos, acostumados a trabalhar *“debaixo de cobertura enxuta, recostados, muitas vezes, ora num divã, ora numa cheise longue, a semelhança ... dos lordes ou dos fidalgos de raça como se encontram na Europa”*.¹² A imagem do trabalhador, por outro lado, era valorizada como a mola propulsora da sociedade e o verdadeiro criador da riqueza e do progresso. Sua formação humilde e a experiência da labuta diária lhe nutriram valores morais de justiça, correção, solidariedade e compaixão. Em suma, era a vida sofrida e humilde que fazia dos trabalhadores pessoas superiores e cabia a eles ter consciência e orgulhar-se disso.

*Não somos eruditos, nem herodotos; não freqüentamos Universidades ou Academias para adquirir um papel pelo qual se nos autorizasse a viver sem trabalhar. Não. Os nossos paes não eram burguezes nem mandões... . A nossa escola é outra: Somos operários e a nossa illustração quer intellectual, quer material é a menos imperfeita de todos porque é colhida no templo onde as imagens são: componedores, martellos, arados, serrotes, plainas, cutellos, enxadas, machados e, enfim, outros santos mais que se compõe nossa egreja cujo fim último é a propagação do trabalho, porque sem este era impossível a vida.*¹³

Se desde o século XIX esboçou-se uma tendência de união e organização da classe operária em torno da idéia maior de sua emancipação, é preciso reconhecer também que tal desejo esbarrou na diversidade dos caminhos apontados pelos diversos projetos políticos que passaram a orientar o debate entre o movimento operário.¹⁴

A organização e a luta operária também divergia por força das experiências singulares de cada uma das categorias e grupos, levando-nos a reconhecer que, tal como no resto do Brasil e do mundo, o que caracterizou o movimento operário no Amazonas foi sua multiplicidade, seja quanto à sua composição, experiências, ideários políticos e práticas culturais.¹⁵

Quais os objetivos da luta operária? Como mobilizar os trabalhadores? Que tipo de sociedade construir? Como chegar à ela? Estas são algumas das inquietações que, propostas pelas lideranças operárias, espraiavam-se pelo movimento e geravam, muitas vezes, disputas acirradas e até violentas entre os próprios trabalhadores.

Nossas pesquisas têm reforçado que os operários amazonenses da virada do século XIX para o XX expressaram diversas posturas políticas que se alinharam, em maior ou menor grau, às três grandes tendências do movimento operário nacional, com forte presença do *Reformismo* (em suas diversas vertentes) em meio a seguidores do *Anarquismo* e do *Socialismo*.¹⁶ Tais contradições afluíam por vezes de forma mais explícita, como durante as comemorações do Primeiro de Maio.

Data maior da classe trabalhadora em todo o mundo, carregada de simbolismo, o 1º de Maio, como é sabido, lembra o massacre de operários em Chicago (1886) e também o desejo de emancipação operária. A data foi resultado de escolha consciente da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Congresso realizado em Paris no ano de 1889. Proposta pelos socialistas de orientação marxista vinculados ao “Parti Ouvrier”, o 1º de Maio tinha o claro objetivo de “*dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo*”.¹⁷ Comemorado pela primeira vez na Europa em 1890, no ano seguinte o Primeiro de Maio já era comentado e defendido pelos trabalhadores Amazonenses,

demonstrando a existência de intercâmbio entre as lideranças e organizações operárias em todo o Mundo.¹⁸

Sua difusão em Manaus foi patrocinada pelos redatores do GUTENBERG, o primeiro jornal operário editado no Amazonas. Para eles, assim como o recém-nascido chora para ser lembrado e atendido pelos pais, a classe operária deveria lançar mão do 1º. de Maio para externar suas insatisfações, opiniões e desejos. O sucesso do 1º. de Maio foi imediato. Contudo, logo cedo as correntes políticas que orientavam o movimento operário passaram a divergir sobre o sentido da data e as formas de sua comemoração.¹⁹

Impossibilitados de conter a vontade dos trabalhadores de comemorar a data, as classes dominantes tentaram transformá-lo em “Festa do Trabalho”, com brindes, jogos, danças e bebidas, numa clara tentativa de esvaziar seu conteúdo reivindicatório e de luta política. Enquanto os trabalhadores desorganizados e sob o controle patronal tenderam a participar dos festejos despolitizados, os grupos organizados em torno dos Anarquistas e Socialistas, denunciando a estratégia de cooptação patronal, reivindicavam o retorno a um “1º. de Maio de luta”, com passeatas, protestos e comícios. Nessa direção atuaram insistentemente os trabalhadores manauaras ligados aos jornais “A Luta Social” (1914) e “Vida Operária” (1920).²⁰

Pesquisas recentes têm demonstrado que o processo associativo dos trabalhadores manauaras começou cedo, já que as primeiras organizações de trabalhadores em Manaus ocorreram na virada do século XIX para o XX.²¹ Até 1911, predominaram as agremiações de caráter assistencialista, como as “Associações de Socorro Mútuo” e as “Associações Beneficentes”. As primeiras, em geral, sofriam um controle patronal mais direto, sendo, inclusive, por eles dirigidas.

Com arrecadação de percentual dos próprios trabalhadores, as mutualistas restringiam seu apoio à cobrir eventuais acidentes de trabalho e despesas com enterro, em caso de falecimento do Associado. As Associações Beneficentes, embora assumindo um caráter mais assistencialista que político, tenderam a afastar-se do controle patronal e dirigir-se para a mobilização dos trabalhadores, com vista ao encaminhamento das campanhas salariais e da luta política.

Em que pese o fato de as Associações Beneficentes estarem mais associadas à uma tradição reformista, acusadas de dar origem ao que foi sendo denominado de “sindicalismo amarelo”, foram elas que na primeira década do século XX, organizaram e conduziram a luta operária em Manaus, deflagrando greves de diversas categorias. Como se vê, o quadro no Amazonas parece não ter diferido muito da tendência esboçada no resto do Brasil.²²

Os sindicatos operários só começam a generalizar-se em Manaus após 1914, em geral abandonando as antigas denominações e objetivos das Associações Beneficentes, como ocorreram com os estivadores, cocheiros, carroceiros e operários da construção civil.

Organizadas quase sempre por categorias, a primeira tentativa de articulação mais ampla, foi a criação da “Confederação do Trabalho do Amazonas”, em 1909, de perceptível influência patronal.²³

Associação desse tipo, porém sob o controle dos próprios trabalhadores só veio a ocorrer em Manaus após o impacto das grandes greves gerais de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Neste momento, foi criada a “União Operária Amazonense”, que liderou as greves de 1919 e as ocorridas ao longo de toda a década de vinte e início da de trinta.

A crueza da vida operária na Manaus da Borracha logo cedo motivou os trabalhadores a lutar por seus direitos e entabular greves contra seus empregadores. Como Manaus era uma cidade eminentemente comercial, as categorias profissionais que primeiramente deflagraram movimentos pavidistas foram as portuárias, de quem dependiam à exportação de borracha e a entrada dos produtos importados da Europa e Estados Unidos. A primeira greve de que se tem notícia, foi a dos catraieiros, em 1883. Com suas pequenas embarcações, encarregavam-se de fazer o transporte das mercadorias e passageiros até os grandes navios fundeados na baía do Rio Negro, uma vez que ainda não existia o cais flutuante. Carregadores, carroceiros e estivadores também pararam com frequência. Numerosos, os estivadores fizeram algumas das maiores greves de Manaus em todo o período da borracha, parando, literalmente, o porto e a cidade.²⁴

Gráficos, sapateiros, motoristas e condutores de bondes, trabalhadores da construção civil, pescadores, funcionários da limpeza pública e das firmas estrangeiras que estavam encarregadas dos serviços públicos participaram igualmente da luta operária e enfrentaram o patronato e o Estado em frequentes greves.²⁵

Em geral, as paralisações eram motivadas pela carestia e tinham caráter de reivindicações salariais, mas já nos primeiros anos do século XX, começaram a defender a redução da jornada de trabalho, com a defesa das 8 horas. Coincidindo com o período de maior expansão da atividade econômica no Amazonas, os trabalhadores começam a desenvolver estratégias de luta mais sofisticadas e organizadas, entabulando diversas greves de solidariedade.

Acompanhando o movimento operário nacional, em 1917 e 1919 os trabalhadores de Manaus ensaiam o encaminhamento de uma Greve Geral, que não chega a lograr êxito. A aguda crise da economia de exportação da borracha e o aumento do custo de vida em decorrência da Primeira Guerra retraíram sensivelmente os empregos e salários, fragilizando as reivindicações operária na cidade.

Outro fator que nos parece ter sido determinante do refluxo do movimento operário em Manaus após 1917 foi o acirramento da repressão policial e a sistemática perseguição das lideranças operárias e controle sobre as categorias mais mobilizadas.

Se até aqui nossas pesquisas sobre a vivência operária tem retomado a década final do século XIX como uma espécie de marco inicial da formação (adensamento e mobilização política) da classe operária em Manaus, precisamos reconhecer que seu limite extremo não foi além do final da década de vinte, exatamente por entendermos que as mudanças políticas da chamada “Revolução de 1930” e suas implicações sociais, notadamente o lento desenvolvimento do *trabalhismo*²⁶, impactaram os trabalhadores urbanos, as organizações sindicais e a luta operária.²⁷

Dessa forma, nossa preocupação atual é alargar o conhecimento da história operária no Amazonas para além daquele marco divisor (1930) para, dessa forma, identificar com mais acuidade um tema lacunar no interior da historiografia amazonense. Se nela há um silêncio ainda sensível acerca da atuação dos trabalhadores urbanos, mesmo no período mais visitado pelos historiadores locais – o chamado “Ciclo da Borracha”, de 1880 a 1920 -, o que dizer para o período da “grande crise”, que se estende de 1920 a 1940? Nele não há uma única memória histórica no Amazonas que retrate e/ou analise a atuação dos trabalhadores e suas vivências. Tão pouco existe estudos sobre o Amazonas ao longo do período da administração de Getúlio Vargas. Dessa forma, o projeto em tela pode dar sua parcela de contribuição para a construção desse quadro historiográfico regional.

1 ACEVEDO-MARIN, Rosa (Org). A Escrita da Historia Paraense. Belém: Ufpa/Naea, 1995

2 ALBUQUERQUE, Gerson. Seringueiros, Coletores e Pescadores: os trabalhadores do Rio Murú. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1996. SOUZA, Carlos Alberto. Varadouros da Liberdade: o empenho no modo de vida dos seringueiros de Basiléia. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 1997

3 SALLES, Vicente. Marxismo Socialismo e os Militantes Excluídos. Pará: Pakatatu, 2001

4 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. Manaus: Edua, 2001.

5 DIAS, Ednéa Mascarenhas: A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, 2000

6 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925. Manaus: Edua, 2003

7 Gutenberg, 10. de maio de 1892. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Vol. 1. transcrições e fac-símiles. Manaus: Edua, 2004

8 UCHÔA, Samuel. Dois Anos de Sanitarismo. Manaus: Livraria Clássica, 1924, p. 75

9 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha – Mostra Expositiva. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, Maio/Julho de 2004

10 A Pimenta. Manaus, 16 de Abril de 1916

11 O Chicote. Manaus, 27 de setembro de 1913

12 Apud PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros. Op. Cit. p. 55

13 A Luta Social. Manaus, 29 de março de 1914. in: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit.

14 Cf: HOBBSAWM, Eric. Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

15 Enquanto as obras já citadas de Eric Hobsbawm e Edward Thompson, sinalizam tais caracterizações para o cenário europeu, para o contexto nacional, veja-se as observações de HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1991 e mais recentemente de BATALHA, Cláudio. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

16 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit., p. 9-11

17 PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

18 O mesmo ocorre no Pará, conforme a indicação de SALLES, Vicente. Marxismo Socialismo e os Militantes Excluídos. Pará: Pakatatu, 2001

19 VIEIRA, Ana Amélia Bittencourt. Origens do Primeiro de Maio em Manaus. Manaus, mimeo, 1995

-
- 20 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit., p. 9-11
- 21 Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Tradições, Aspirações e Conspirações: trabalho e conflito na zona portuária de Manaus (1890-1930). *Amazônia em Cadernos*, No. 2/3. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, 1993/1994, 213-220 e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Escrevendo a Própria História. *Amazônia em Cadernos*, No. 4. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, 1998, 103-175
- 22 PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Proletariado Industrial na Primeira República". In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9. São Paulo: Difel, 1985
- 23 Veja-se o jornal *A Confederação do Trabalho*, de 1909, reproduzido em : PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). Imprensa Operária no Amazonas. Op. Cit
- 24 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 2a. ed. Manaus: Edua, 2001
- 25 DIAS, Ednéa Mascarenhas: *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920*. Manaus: Valer, 2000
- 26 GOMES, Ângela de Casto. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1985
- 27 Há trabalhos atuais que encerram uma visão de conjunto desses impactos, como os de: ARAÚJO, Maria Celina de. "Estado, Classe Trabalhadora e Políticas Sociais". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-240; MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo Brasileiro Após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários Sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.